



Diário Oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA

XC

FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024

NÚMERO 22256

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
GABINETE DO GOVERNADOR	2
Controladoria-Geral do Estado.....	2
Procuradoria-Geral do Estado.....	2
SECRETARIAS DE ESTADO	3
Administração.....	3
Administração Prisional e Socioeducativa.....	3
Agricultura.....	5
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	5
Educação.....	5
CEE – Conselho Estadual de Educação.....	6
Fazenda.....	6
Indústria, do comércio e do Serviço.....	18
Infraestrutura e Mobilidade.....	18
Meio Ambiente e da Economia Verde.....	18
Proteção e Defesa Civil.....	18
Saúde.....	19
Segurança Pública.....	21
Polícia Militar.....	21
Polícia Civil.....	22
AUTARQUIAS ESTADUAIS	22
IMA – Instituto do Meio Ambiente.....	22
IMETRO – Instituto de Metrologia.....	22
IPREV – Instituto de Previdência.....	23
JUCESC – Junta Comercial.....	26
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito.....	26
FUNDAÇÕES ESTADUAIS	49
FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação.....	49
FCC – Fundação Catarinense de Cultura.....	49
FESPORTE – Fundação Catarinense de Esportes.....	49
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.....	49
ECONOMIAS MISTAS	51
SCPAR – Porto de Imbituba.....	51
SCPAR – Porto de São Francisco do Sul S.A.....	51
CONCURSOS	51
LICITAÇÕES	52
Secretarias de Estado.....	52
Fundações Estaduais.....	54
Economias Mistas.....	54
CONTRATOS E ADITIVOS	55
Gabinete do Governador.....	55
Secretarias de Estado.....	55
Autarquias Estaduais.....	59
Fundações Estaduais.....	60
Economias Mistas.....	60

PREFEITURAS MUNICIPAIS	61
Balneário Camboriú.....	61
Balneário Piçarras.....	61
Bela Vista do Toldo.....	61
Braço do Norte.....	61
Camboriú.....	61
Campo Erê.....	61
Celso Ramos.....	61
Chapecó.....	61
Cunha Porã.....	61
Descanso.....	62
Doutor Pedrinho.....	62
Içara.....	62
Ipuçu.....	62
Irineópolis.....	62
Itapoa.....	62
Ituporanga.....	62
Jaraguá do Sul.....	63
Joinville.....	63
Morro da Fumaça.....	64
Nova Itaberaba.....	64
Nova Veneza.....	64
Papanduva.....	64
Porto União.....	65
Santa Cecília.....	65
São Ludgero.....	65
Seara.....	65
Siderópolis.....	65
Timbó.....	66
Treviso.....	66
PUBLICAÇÕES DIVERSAS	67

ATOS DO PODER EXECUTIVO

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:

ATO nº 668 / 2024
FAZER CESSAR, conforme processo nº SEA 7353/2024, a disposição para SEA, do servidor ERONILDO CRISPIM DE SOUZA, mat. nº 0239462-6-01, do cargo TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, lotada na SICOS, efetuada por intermédio do Ato nº 841, publicado em 27/03/2019, a contar de 02/05/2024. *(Republicado por incorreção)*

JORGINHO MELLO
Governador do Estado

VÂNIO BOING
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 989749

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:

ATO nº 111 / 2024
FAZER CESSAR, conforme processo nº DC 3505/2023, os efeitos do Ato nº 2740, publicado em 06/09/23, que colocou à disposição da SDC,

MAURICIO GRACIANO DE LIMA, mat. nº 0918738-3-02, do cargo AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, lotado na PCSC, a contar de 01/01/2024.

ATO nº 566 / 2024

FAZER CESSAR, conforme processo nº PGE 3716, os efeitos do Ato nº 2744, publicado em 06/09/2023, que colocou à disposição do Ministério da Cultura, BARTIRA BARROS SALMOM DE SOUZA, mat. nº 0658801-8-02, do cargo ASSISTENTE JURÍDICO, lotada na PGE, a contar de 26/03/2024.

ATO nº 653 / 2024

RECEBER À DISPOSIÇÃO, para atuar na SES, de acordo com o Decreto nº 336/2019, conforme processo nº SES 80016/2024, NADIA RENATE DA SILVA, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com ônus da origem, no período de 10/04/2024 a 31/12/2024.

JORGINHO MELLO
Governador do Estado

VÂNIO BOING
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 989874

ATO nº 601 / 2024

NOMEAR, de acordo com a Lei nº 15.115/2010 e conforme processo nº FESPORTE 563/2024, a pessoa abaixo relacionada, para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONEDE, para completar biênio 2022/2024, a contar de 12/04/2024:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

*Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE
Suplente: PATRÍCIA SILVEIRA NEVES, em substituição a Mirian Dolzan.

ATO nº 603 / 2024

NOMEAR, de acordo com a Lei nº 16.534/14 e conforme processo nº SED 65733/2024, a pessoa abaixo relacionada, para compor o Conselho Estadual dos Direitos Humanos - CEDH/SC, biênio 2023/2025:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

*SED
Suplente: VALDÍCIA ZULMA LUCIANO KLAUSEN, em substituição Cleusa Matiola Petrovic.

ATO nº 672 / 2024

CONCEDER EXONERAÇÃO, de acordo com o art. 169, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SEMAE 733/2024, a DAFNEE CAROLINE CANELLO, mat. nº 0970116-8-05, do cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, nível DGS-2, da SEMAE.

ATO nº 673 / 2024

CONCEDER EXONERAÇÃO, de acordo com o art. 169, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SETUR 305/2024, a RENAN ARTUR PRETTO, mat. nº 0715669-3-02, do cargo de GERENTE DE MARKETING, nível DGS-2, da SETUR, a contar de 20/04/2024.

JORGINHO MELLO
Governador do Estado

VÂNIO BOING
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 989884

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH				HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL - NOSSA SENHORA DA GRAÇA (CNPJ 23.453.830/0019-07)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)				PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)			
	Notas	2023	2022		Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
ATIVO				Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Circulante				Incorporação ao Patrimônio Social	1.328.138	611.090	1.939.228
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.797.826	1.984.778	Superávit do Exercício	-	(611.090)	-
Contas a receber	5	1.951.224	1.416.395	Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.939.228	67.128	2.006.356
Estoques	6	330.445	311.083	Incorporação ao Patrimônio Social	67.128	(67.128)	-
Outros créditos		55.508	69.997	Superávit do Exercício	-	738.771	738.771
Depósito judicial	13	20.948	20.948	Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.006.356	738.771	2.745.127
Contratos de gestão	3m	6.565.657	-				
Total do Ativo Circulante		11.721.608	3.803.201	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS – MÉTO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)			
Não Circulante							
Partes relacionadas	12	806.707	483.836				
Imobilizado – Próprio	7	312.632	133.932				
Total do Ativo não Circulante		1.119.339	617.768				
Total do Ativo		12.840.947	4.420.969				
	Notas	2023	2022				
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL				ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Circulante				Superávit / (Déficit) do Exercício			
Fornecedores	8	1.196.251	1.056.275	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Obrigações trabalhistas	9	1.259.399	1.059.423	Depreciação/Amortização		28.957	16.361
Obrigações sociais	10	246.460	174.576	Provisão para Contingências		657.676	-
Obrigações fiscais		86.531	61.538	Superávit do Exercício Ajustado		1.425.404	83.489
Outras contas a pagar	11	37.017	300	(Aumento) / Redução do Ativo			
Partes relacionadas	12	46.829	62.501	Contas a Receber		(534.829)	241.508
Contratos de gestão	3m	6.565.657	-	Estoques		(19.362)	9.416
Total do Passivo Circulante		9.438.144	2.414.613	Outros Créditos		14.489	2.531
Não Circulante				Depósito Judicial		-	(20.948)
Provisão para contingências	13	657.676	-	Aumento / (Redução) do Passivo			
Total do Passivo não Circulante		657.676	-	Fornecedores		139.976	5.219
Patrimônio Social				Obrigações Trabalhistas		199.976	(123.029)
Patrimônio social		2.006.356	1.939.228	Obrigações Sociais		71.884	(42.930)
Superávit acumulado		738.771	67.128	Obrigações Fiscais		24.993	3.590
Total do Patrimônio Social		2.745.127	2.006.356	Outras Contas a Pagar		36.717	(1.404)
Total do Passivo e Patrimônio Social		12.840.947	4.420.969	Fluxo de Caixa gerado/(consumido) pelas Atividades Operac.		1.359.248	157.442
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)				ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
	Notas	2023	2022	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível		(207.657)	(65.454)
Receitas Operacionais				Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível		-	-
Serviços prestados pacientes SUS		26.526.685	22.926.953	Fluxo de Caixa consumido nas Atividades de Investimento		(207.657)	(65.454)
Serviços prestados convênios e particulares		171.000	266.555	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Receita Líquida		26.697.685	23.193.508	Partes Relacionadas		(338.543)	(374.329)
Custos				Fluxo de Caixa consumido nas Atividades de Financiamento		(338.543)	(374.329)
Serviços de terceiros		(11.564.577)	(9.754.549)	Movimentação de caixa e equivalentes de caixa		813.048	(282.341)
Pessoal e encargos		(7.432.811)	(7.275.556)	No início do exercício		1.984.778	2.267.119
Materiais e medicamentos		(2.962.743)	(2.489.152)	No fim do exercício		2.797.826	1.984.778
Superávit operacional		4.737.554	3.674.251	Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa		813.048	(282.341)
Despesas				<i>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.</i>			
Pessoal e encargos		(1.858.203)	(1.818.889)	estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2o: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.			
Impostos, taxas e contribuições		(9.883)	(8.820)	2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Depreciação/amortização		(28.957)	(16.361)	a. Declaração de Conformidade? Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.			
Despesas gerais e administrativas	14	(2.268.187)	(1.910.633)	b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 23 de Abril de 2024.			
Superávit Antes do Resultado Financeiro		572.324	(80.452)	c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.			
Financeira Líquidas				d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.			
Despesas financeiras		(17.172)	(20.073)	3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.			
Receitas financeiras		183.419	167.653	a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de balanço de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor			
Superávit Antes de Outras Desp. e Rec.		738.571	67.128	b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.			
Outras Despesas e Receitas				c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável,			
Doações e subvenções		200	-	>>> continua >>>			
Superávit do Exercício		738.771	67.128				

Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br

>>> continuação >>>																						
	2023	2022																				
Provável																						
Cível	50.000	-																				
Trabalhista	607.676	-																				
Total	657.676	-																				
b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:																						
Possível																						
Trabalhista	380.472	918.923																				
Cível	1.255.000	-																				
Total	1.635.472	918.923																				
A Entidade manteve o montante de R\$ 20.948 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.																						
14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS																						
	2023	2022																				
Serviços de gestão	(637.234)	(990.389)																				
Energia elétrica	(429.978)	(441.334)																				
Aluguel de máquinas	(146.816)	(137.747)																				
Combustíveis e lubrificantes	(120.042)	(139.510)																				
Provisão para contingências	(657.676)	-																				
Outros	(276.441)	(201.653)																				
Total	(2.268.187)	(1.910.633)																				
15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve																						
ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.																						
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2023</th> <th style="text-align: right;">2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT</td> <td style="text-align: right;">1.734.820</td> <td style="text-align: right;">1.759.351</td> </tr> <tr> <td>INSS</td> <td style="text-align: right;">1.734.820</td> <td style="text-align: right;">1.759.351</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td style="text-align: right;">806.979</td> <td style="text-align: right;">697.669</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td style="text-align: right;">806.979</td> <td style="text-align: right;">697.669</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: right;">2.541.799</td> <td style="text-align: right;">2.457.020</td> </tr> </tbody> </table>						2023	2022	Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	1.734.820	1.759.351	INSS	1.734.820	1.759.351	COFINS	806.979	697.669	COFINS	806.979	697.669	Total	2.541.799	2.457.020
	2023	2022																				
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	1.734.820	1.759.351																				
INSS	1.734.820	1.759.351																				
COFINS	806.979	697.669																				
COFINS	806.979	697.669																				
Total	2.541.799	2.457.020																				
16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.																						
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.																						
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2023</th> <th style="text-align: right;">2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras de liquidez imediata</td> <td style="text-align: right;">2.787.314</td> <td style="text-align: right;">1.977.092</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td style="text-align: right;">1.951.224</td> <td style="text-align: right;">1.416.395</td> </tr> </tbody> </table>						2023	2022	Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.787.314	1.977.092	Contas a receber	1.951.224	1.416.395									
	2023	2022																				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.787.314	1.977.092																				
Contas a receber	1.951.224	1.416.395																				
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras																						
<p>À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça. São Francisco do Sul – SC</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p>• Provisões para riscos e passivos contingentes: Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii)</p> <p>avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos:</p> <p>i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis.</p> <p>ii) Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital estava vigente até 30 de junho de 2024, por meio do aditivo contratual, entretanto, até a emissão desse relatório, o referido Ente Público não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências.</p> <p>iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes.</p> <p>Outros assuntos: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 18 de abril de 2023, sem modificações.</p> <p>Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa</p>																						
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left;">Total ativos financeiros</th> <th style="text-align: right;">4.738.538</th> <th style="text-align: right;">3.393.487</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Fornecedores</td> <td style="text-align: right;">1.196.251</td> <td style="text-align: right;">1.056.275</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total passivos financeiros</td> <td style="text-align: right;">1.196.251</td> <td style="text-align: right;">1.056.275</td> </tr> </tbody> </table>					Total ativos financeiros		4.738.538	3.393.487	Fornecedores		1.196.251	1.056.275	Total passivos financeiros		1.196.251	1.056.275						
Total ativos financeiros		4.738.538	3.393.487																			
Fornecedores		1.196.251	1.056.275																			
Total passivos financeiros		1.196.251	1.056.275																			
18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. <p>19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão n.º 022/2019 estava vigente, com encerramento em 30/06/2024. Em virtude de perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, não foram realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis,</p>																						
<p>São Francisco do Sul - SC, 23 de Abril de 2024.</p> <p>Rodrigo Fröhlich - Diretor Executivo - CPF: xxx.129.927-xx Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC- SP-324161/O</p>																						
<p>base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. <p>Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade</p>																						
>>> continua >>>																						

>>> continuação >>>
a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório

de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
- CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Cod. Mat.: 989650

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 162/24 FAHECE

O Superintendente da Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON – FAHECE, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente edital, que estabelece instruções destinadas à realização de processo seletivo simplificado para contratação de **Assistente de Laboratório I**, que atuará no HEMOSC no município de Blumenau/SC.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo será regido pelo presente edital e coordenado por uma Comissão Examinadora.

1.2. A FAHECE constituirá Comissão Examinadora composta por pelo menos 02 (dois) membros: o gestor da área a quem se destina o cargo ou pessoa designada por ele e representante da Gerência de Gestão de Pessoas.

1.3. O presente processo destina-se à seleção de profissional para contratação pela FAHECE, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, sem direito à estabilidade prevista no Artigo 41 da Constituição da República. Os demais classificados, em ordem decrescente, poderão ser contratados posteriormente, durante a vigência do presente edital, conforme as necessidades da FAHECE.

1.4. É assegurado às pessoas com deficiência o direito de se inscrever neste processo seletivo. Será levado em consideração as atribuições e especificidades do cargo.

2. DA VAGA

2.1. É oferecida a seguinte vaga:

Cargo	Cidade	Nº de vagas	Carga horária	Salário base
Assistente de Laboratório I	Blumenau/SC	01	44h semanais	R\$ 3.207,31

Benefícios: vale-transporte, vale-alimentação ou vale-refeição, prêmio por desempenho, plano de saúde e odontológico, seguro de vida, folga de aniversário, convênio com universidades e farmácia.

2.2. As atribuições do cargo são as descritas sumariamente a seguir:

- Prestar atendimento e esclarecimento gerais ao cliente externo/interno, pessoalmente, ou através das ferramentas de comunicação disponíveis de forma clara e cortês;
- Executar os processos de análises bioquímicas, incluindo os testes pré transfusionais;
- Executar a coleta de todos os materiais biológicos, para análises bioquímicas;
- Executar os processos de atendimento de clientes internos e externos, de acordo com os procedimentos técnicos;
- Executar exames laboratoriais diversos conforme as rotinas estabelecidas, seguindo as boas práticas; Executar testes pré transfusionais e pós transfusionais, selecionar hemocomponentes adequados conforme indicação clínica;
- Processar bolsas de sangue, produzindo hemocomponentes e garantir o acondicionamento e armazenamento correto;
- Realizar procedimentos especiais em hemocomponentes;
- Realizar liberação, distribuição e controle de estoque de hemocomponentes;
- Executar os processos de atendimento de clientes internos e

externos, de acordo com os procedimentos técnicos

j. Realizar o controle de temperatura de ambientes e equipamentos conforme rotinas estabelecidas em procedimento operacional padrão;

k. Relacionar materiais biológicos com mapas de trabalho, encaminhando-os para os processos de análise;

l. Colaborar em levantamentos, estudos e pesquisas, para formulação de planos, programas, projetos e ações;

m. Participar de reuniões e auditorias quando solicitado; Indicar a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos, necessários ao adequado andamento dos processos de trabalho;

n. Manter o ambiente de trabalho abastecido com materiais e insumos, bem como controlar seus estoques e validade;

o. Executar a higienização dos equipamentos e bancadas de trabalho, de acordo com o procedimento técnico;

p. Providenciar o descarte de resíduos conforme normativas estabelecidas;

q. Proceder de acordo com os critérios de segurança, incluindo aspectos estruturais e de gestão conforme as creditações da instituição. Cumprir e fazer cumprir os requisitos legais normativos e institucionais;

r. Contribuir na elaboração de normas e procedimentos, bem como aplicá-los na execução das atividades do cargo e treinar demais colaboradores nas atividades que estiver treinado e habilitado para realizar;

s. Zelar pela conservação do ambiente de trabalho, dos materiais e dos equipamentos, pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e pelo uso adequado dos equipamentos de proteção individual e coletivo;

t. Executar outras atividades relacionadas ao cargo/função de acordo com a necessidade do setor/instituição.

2.3. Os pré-requisitos, em caráter eliminatório, do cargo objeto deste processo seletivo são os seguintes:

Cargo	Pré-requisitos
Assistente de Laboratório I	Diploma reconhecido pelo MEC, Técnico em laboratório, Técnico em Análises clínicas, Técnico em patologia, ou Técnico em enfermagem reconhecido pelo MEC com registro no Conselho Profissional.

3. DA INSCRIÇÃO

3. A inscrição será efetuada pela *Internet*, no site www.fahce.org.br, link *Trabalhe Conosco*, Edital de Processo Seletivo nº 162/24 a partir das 09h00min do dia 30/04/24 até as 23h59min do dia 05/05/2024, preenchendo a ficha padrão de inscrição, disponibilizada no site citado.

3. A FAHECE não se responsabiliza por inscrição não recebida por quaisquer motivos de ordem técnica dos aparelhos eletrônicos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimento indevido do candidato e/ou outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. É de responsabilidade exclusiva do participante, acompanhar a situação de sua inscrição.

3. A FAHECE reserva o direito de excluir do processo seletivo as fichas de inscrição que estejam com informações incompletas. Somente serão aceitas fichas de inscrição cadastradas no site.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O resultado do processo seletivo dar-se-á com base na aprovação dos candidatos nas etapas de acordo com o item 5 (cinco) deste edital.

4.2 A seleção dos candidatos para as etapas do processo

seletivo dar-se-á através do endereço eletrônico informado na ficha de inscrição. O candidato que não confirmar o recebimento do e-mail de convocação será automaticamente desclassificado.

4.3 O não comparecimento e/ou desistência do candidato em qualquer etapa do processo seletivo, ou a não apresentação dos documentos comprobatórios, implicam a desclassificação do candidato no processo seletivo. Neste caso, poderá ser convocado o próximo candidato classificado na etapa anterior, por ordem de classificação.

4.4 A divulgação dos candidatos classificados em cada etapa será publicada no site da FAHECE (<https://www.fahce.org.br/trabalhe-conosco>).

4.5 Os candidatos inscritos no edital, que não constam na relação de candidatos classificados, estão desclassificados do processo seletivo, conforme os critérios classificatórios/desclassificatórios previstos nos itens correspondentes de cada etapa deste edital.

4.6 A inexistência das informações implicará o descarte das mesmas, para fins de pontuação. Todas as informações prestadas na ficha de inscrição serão de responsabilidade do candidato que, ao informar os dados, se responsabilizará pela sua veracidade.

4.7 Para fins de pontuação, serão consideradas as especificações descritas no quadro abaixo:

Categoria	Especificação	Pontuação
Carga horária total de cursos específicos relacionados à vaga.	De 10 horas a 50 horas	0,4
	De 51 horas a 100 horas	0,6
	Acima de 100 horas	1,0
Experiência profissional comprovada como Técnico em Laboratório, Técnico em Análises Clínicas ou Técnico em Patologia (área laboratorial).	De 06 meses até 18 meses	2,0
	De 19 meses até 30 meses	3,0
	Acima de 30 meses	4,0
Experiência comprovada como Técnico em Laboratório, Técnico em Análises clínicas ou Técnico em Patologia (área de hemoterapia/ agência transfusional).	De 06 meses até 18 meses	3,0
	De 19 meses até 30 meses	4,0
	Acima de 30 meses	5,0

4.8 Todos os títulos válidos para a pontuação devem ser específicos da área relacionada à vaga, com registro em instituição credenciada pelo MEC.

4.9 Não serão aceitos para fins de pontuação como cursos, certificados de disciplinas curriculares de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

4.10 A pontuação da experiência profissional consiste no somatório total dos meses registrados nas experiências comprovadas e relacionadas à área de atuação, conforme item 4.7 deste edital.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1 1ª Etapa – Recebimento e avaliação da ficha de inscrição (classificatória/eliminatória).

5.1.1 A seleção e classificação dos candidatos nesta etapa consistirão na análise da ficha de inscrição preenchida, contendo as informações pessoais e dos pré-requisitos previstos no item 2.3 e somatório de pontos, conforme o item 4.7 deste edital.